



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E C I Ê N C I A ,
T E C N O L O G I A , I N O V A Ç Ã O
E D E S E N V O L V I M E N T O
E C O N Ô M I C O

Nova Friburgo/RJ, 27 de abril de 2026.

Assunto: Análise de Recurso Administrativo e Contrarrazões.

Trata-se de análise técnica acerca do recurso administrativo interposto pela empresa **Arquimedes Automação e Informática Ltda.**, em face de sua desclassificação no Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, bem como das contrarrazões apresentadas pela empresa **GDAI Indústria e Comércio Eletrônicos Ltda.**

O objeto do certame consiste na aquisição de microcomputadores destinados à estruturação da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos e suas subsecretarias.

A desclassificação da recorrente decorreu do **não atendimento ao requisito técnico de gabinete padrão “mid-tower”**, conforme exigido no Termo de Referência.

Em síntese:

Argumentos da Recorrente

- Inexistência de norma técnica formal que diferencie “mini-tower” e “mid-tower”;
- Ausência de parâmetros dimensionais no edital;
- Alegação de inovação de critério pela Administração;
- Defesa de equivalência técnica e funcional;
- Suposto tratamento desigual em relação a outros requisitos técnicos.

Argumentos das Contrarrazões

- Existência de padrão técnico consolidado de mercado;
- Natureza objetiva do requisito “mid-tower”;
- Impossibilidade de flexibilização por equivalência técnica;
- Correta aplicação dos princípios da vinculação ao edital e julgamento objetivo;
- Regularidade da decisão administrativa à luz da jurisprudência.

II - ANÁLISE TÉCNICA

II.1 - Da natureza do requisito “mid-tower”

O Termo de Referência estabeleceu como exigência mínima gabinete do tipo **mid-tower**, caracterizando requisito técnico de natureza **estrutural e classificatória**.

Embora não exista norma técnica formal que discipline de maneira rígida tal classificação, verifica-se que a distinção entre “mini-tower” e “mid-tower” é **amplamente consolidada no mercado de tecnologia da informação**, sendo adotada por fabricantes, integradores e literatura técnica especializada.

Essa classificação envolve, de forma integrada:

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: df176c1d-27fd-4258-bad7-472f19b3ffd0

Papel Timbrado Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico Nº 000189/2026





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E C I Ê N C I A ,
T E C N O L O G I A , I N O V A Ç Ã O
E D E S E N V O L V I M E N T O
E C O N Ô M I C O

- Dimensões físicas do gabinete;
- Compatibilidade com placas-mãe (especialmente padrão ATX);
- Capacidade de expansão (slots e baias);
- Condições de ventilação e dissipação térmica.

Trata-se, portanto, de **característica técnica objetiva**, ainda que não expressa em valores numéricos no edital.

II.2 - Da verificação de conformidade do equipamento ofertado

Conforme documentação apresentada pela recorrente, o equipamento ofertado possui:

- **Altura aproximada de 35,4 cm**, compatível com gabinetes compactos;
- **Classificação expressa do fabricante como “mini-tower”**.

Tais elementos, analisados em conjunto, indicam de forma consistente que o equipamento **não se enquadra no padrão “mid-tower”**, segundo os parâmetros usualmente aceitos no mercado.

Ressalte-se que a classificação atribuída pelo fabricante, embora não seja critério isolado, constitui **evidência técnica relevante**, especialmente quando corroborada por características físicas compatíveis com a categoria informada.

II.3 - Da alegação de ausência de critérios objetivos no edital

A recorrente sustenta que o edital não definiu parâmetros dimensionais mínimos, o que impediria sua desclassificação.

Entretanto, tal argumento não merece prosperar.

A utilização de terminologia técnica consagrada (“mid-tower”) implica a adoção de seu **significado usual no mercado**, sendo desnecessária a explicitação exaustiva de todos os seus atributos físicos no instrumento convocatório.

Admitir interpretação dissociada desse entendimento implicaria:

- Subjetivação indevida do julgamento;
- Possibilidade de interpretações divergentes entre licitantes;
- Comprometimento da padronização do objeto contratado.

II.4 - Da inexistência de inovação de critério

Não se verifica inovação indevida no julgamento.

A Administração limitou-se a:

- Interpretar o requisito técnico à luz de padrões usuais de mercado;
- Utilizar elementos objetivos (dimensão e especificação do fabricante);
- Verificar a aderência do produto ao tipo exigido.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: df176c1d-27fd-4258-bad7-472f19b3ffd0

Papel Timbrado Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico Nº 000189/2026





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

A eventual menção a faixas dimensionais típicas não constitui criação de requisito novo, mas sim **instrumento técnico de aferição da conformidade**.

II.5 - Da impossibilidade de aplicação de equivalência técnica

A aplicação do conceito de equivalência técnica não se mostra cabível no presente caso.

Tal instituto é admitido, em regra, para requisitos relacionados a:

- Desempenho;
- Eficiência;
- Certificações técnicas.

Todavia, o requisito “mid-tower” refere-se a **categoria estrutural específica**, cuja flexibilização implicaria alteração do próprio objeto licitado.

Portanto, não é possível admitir equipamento classificado como “mini-tower” como equivalente a “mid-tower” sem descaracterização da exigência editalícia.

II.6 - Da alegação de tratamento desigual

A alegação de tratamento desigual não se sustenta.

Os requisitos técnicos possuem naturezas distintas:

- Certificações e desempenho → admitem equivalência técnica;
- Estrutura física e classificação → exigem aderência objetiva.

A diferenciação de tratamento decorre da natureza do requisito, não configurando violação ao princípio da isonomia.

II.7 - Da segurança técnica e mitigação de riscos

A Administração Pública deve assegurar que o objeto contratado atenda, de forma inequívoca, às suas necessidades.

A aceitação de equipamento em situação de dúvida quanto ao atendimento de requisito essencial implicaria:

- Risco de inadequação do objeto;
- Comprometimento da padronização do parque tecnológico;
- Potencial prejuízo à execução contratual.

Nessa perspectiva, a exigência de comprovação objetiva mostra-se alinhada aos princípios da eficiência e da segurança jurídica.

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JURISPRUDENCIAL

A presente análise encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- **Art. 5º** - Princípios da vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia e segurança jurídica;

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: df176c1d-27fd-4258-bad7-472f19b3ffd0

Papel Timbrado Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico Nº 000189/2026





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E C I Ê N C I A ,
T E C N O L O G I A , I N O V A Ç Ã O
E D E S E N V O L V I M E N T O
E C O N Ô M I C O

- **Art. 11, II** - Garantia de tratamento isonômico;
- **Art. 34** - Observância dos parâmetros mínimos de qualidade;
- **Art. 59, II** - Desclassificação de propostas em desconformidade técnica.

Jurisprudência aplicável

- **STJ - AgRg no RMS 36.299/SC**
“A Administração não pode descumprir as normas do edital ao qual se encontra vinculada.”
- **TCU - Acórdão 1.793/2011 - Plenário**
“É irregular a aceitação de proposta que não atende às especificações do edital.”
- **TCU - Acórdão 2.622/2013 - Plenário**
“Não é admissível interpretação que descaracterize exigência objetiva do edital.”
- **TCU - Acórdão 2.471/2008 - Plenário**
“A interpretação das especificações deve considerar padrões usuais de mercado.”

Após análise conjunta do recurso e das contrarrazões, conclui-se que:

- O equipamento ofertado pela recorrente **não atende ao requisito técnico de gabinete “mid-tower”**;
- A classificação do fabricante e as dimensões apresentadas corroboram o enquadramento como “mini-tower”;
- Não houve inovação de critério por parte da Administração;
- A aplicação de equivalência técnica é incabível no caso concreto;
- A decisão administrativa observou os princípios da legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo e isonomia.

Diante do exposto, esta Subsecretaria de Tecnologia da Informação **OPINA pelo NÃO PROVIMENTO do recurso administrativo interposto pela empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda.**, mantendo-se integralmente sua desclassificação no Item 01 do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025.

Assinado por ROMULO CESARIO RODRIGUES 123.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
27/04/2026 12:47:50

Rômulo Cesário Rodrigues
Subsecretaria de Tecnologia da Informação
matricula 63.613

